



ANEXO II

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Ata de deliberações



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA

Ata nº 2152360 - ASGGE

Ata da Audiência Pública da Gestão Participativa na Elaboração das Metas Nacionais do Poder Judiciário para 2026

Data: 17/07/2025 - Hora: 16h00

Local: Sala de Sessões do TRE-PB

Pauta: Gestão participativa na elaboração das Metas Nacionais do Poder Judiciário para 2026

Participantes: Des. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho (Presidente), Des. Márcio Murilo da Cunha Ramos (Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral), Roberto D Horn Moreira da Franca Sobrinho (Membro da Corte), Keops de Vasconcelos Amaral Vieira Pires (Membro da Corte), Rodrigo Clemente de Brito Pereira (Membro da Corte), Sivanildo Torres Ferreira (Membro da Corte), Renan Paes Félix (Ministério Público); Alexandra Maria Soares Cordeiro (DG), Suênia Bernardo Carneiro (SESG), Patrícia Soares Lemos (ASGGE), Maria Eridan Pimenta Neta (SEIM), Anália Eugênio Marinho Xavier de Moraes (SEIM) e demais participantes conforme lista presencial 2160535.

Discussão da pauta:

Às 17h13, o Desembargador Oswaldo Trigueiro, Presidente do TRE-PB, iniciou a audiência pública agradecendo a presença de todos os participantes e ressaltando a importância do encontro para debater o desempenho do tribunal e buscar soluções conjuntas para os desafios, destacando que esta audiência integra o processo de gestão participativa promovido pelo CNJ para a construção das metas da Justiça Eleitoral para 2026.

A Chefe da Seção de Suporte à Gestão, Suênia Bernardo Carneiro, apresentou o contexto institucional da Justiça Eleitoral da Paraíba, que conta com 75 magistrados, 596 servidores e colaboradores que atuam na Sede do TRE, em 68 Zonas Eleitorais e 5 Núcleos de Voto Informatizado, responsável pelo planejamento, execução e apuração das eleições, administração do Cadastro Nacional de Eleitores, julgamento de ações eleitorais e campanhas educativas. Foi detalhado o processo de gestão participativa, envolvendo cinco etapas: consulta pública para coleta de opiniões da sociedade, reunião com magistrados e servidores para discussão técnica das propostas, audiência pública como debate aberto com a sociedade, análise das propostas junto ao CNJ para refinamento técnico, e votação pelos presidentes dos tribunais para definição final das metas. Foram apresentados os resultados da consulta pública realizada na Paraíba entre 12 e 27 de junho de 2025, com participação de 111 pessoas (84% de servidores públicos, 7% cidadãos, 5% advogados, 4% de magistrados), mostrando forte apoio às metas atuais: Meta 1 com 98,20% de aprovação, Meta 2 com 98,20%, Meta 4 com 97,30% e Meta 9 com 88,29% de aprovação.

Após a apresentação (2161463), foi aberta a palavra para discussões e contribuições dos participantes. Conforme orientado na apresentação sobre "Propostas e Sugestões", foi solicitado que os presentes compartilhassem suas ideias para aprimorar as metas da Justiça Eleitoral, focando nas seguintes questões: como podemos tornar a justiça mais eficiente, quais processos devem ter prioridade, e como aproximar ainda mais o cidadão da Justiça Eleitoral, sendo enfatizado que a participação de todos é fundamental para uma Justiça mais transparente e eficiente.

Antes de abrir a palavra para o público, o Des. Oswaldo convidou Vinícius, Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC), para apresentar o trabalho desenvolvido para aprimorar o monitoramento das metas, momento em que foi destacada a criação de um painel de Business Intelligence que disponibiliza informações detalhadas sobre o desempenho de cada unidade, permitindo análise mais precisa da situação de cada órgão julgador em relação às metas estaduais. O Desembargador Oswaldo ressaltou a importância da nova ferramenta para dar mais autonomia ao TRE-PB na validação de seus próprios dados, sem depender exclusivamente do CNJ, mencionando que os testes demonstraram a segurança e confiabilidade do sistema. O Desembargador Márcio falou sobre o acompanhamento semanal das metas junto ao primeiro e segundo grau e à corregedoria, enfatizando a colaboração e empenho dos



Gestão Participativa

magistrados, destacando o sentimento de pertencimento e união do tribunal.

Dada a oportunidade, foram apresentadas algumas propostas de melhoria, a saber: Alcira, servidora da 3ª Zona Eleitoral, propôs a criação de funções de assessoria para os juízes, especialmente nas zonas com maior volume de processos. Eduardo, da assessoria da presidência, sugeriu que a Meta 4, que trata das ações que impactam os mandatos eletivos, seja tratada com prioridade e ousadia, visando a estabilização dos mandatos e a pacificação social. Marinaldo, da Secretaria Judiciária, apresentou dados sobre o cumprimento das metas, informando que o tribunal atingiu a nota máxima no julgamento de processos antigos e está próximo de alcançar 100% na Meta 2, mencionando também o desafio representado pelo grande volume de prestações de contas. Os desembargadores e servidores discutiram o impacto do grande volume de processos de prestação de contas no cumprimento das metas, sendo ressaltado que, apesar do desafio, o tribunal tem se empenhado para dar celeridade a esses julgamentos. O Desembargador Oswaldo mencionou que o aprimoramento do setor de prestação de contas, com a criação de funções comissionadas e o uso de ferramentas de tecnologia, tem gerado resultados positivos na produtividade. Foram debatidas questões centrais para o aprimoramento das metas: como tornar a justiça mais eficiente, quais processos devem ter prioridade e como aproximar ainda mais o cidadão da Justiça Eleitoral.

O Desembargador Oswaldo encerrou a audiência às 18h05 agradecendo a participação e as contribuições de todos os presentes, reforçando o compromisso do TRE-PB em continuar buscando a melhoria contínua de seus processos e o aprimoramento de suas metas, sempre visando a eficiência e a qualidade na prestação dos serviços à sociedade. Destacou que a gestão participativa traz transparência, legitimidade, aproxima o cidadão das instituições, melhora a qualidade das decisões e incentiva a confiança na Justiça Eleitoral, sendo fundamental para uma Justiça mais transparente e eficiente.

SIVANILDO TORRES FERREIRA
JUIZ MEMBRO



Documento assinado eletronicamente por Sivanildo Torres Ferreira em 31/07/2025, às 15:11, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

RODRIGO CLEMENTE DE BRITO PEREIRA
JURISTA



Documento assinado eletronicamente por RODRIGO CLEMENTE DE BRITO PEREIRA em 31/07/2025, às 15:33, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

MÁRCIO MURILO DA CUNHA RAMOS
VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL



Documento assinado eletronicamente por Márcio Murilo da Cunha Ramos em 01/08/2025, às 11:29, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

OSWALDO TRIGUEIRO DO VALLE FILHO
PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL



Documento assinado eletronicamente por Oswaldo Trigueiro do Valle Filho em 01/08/2025, às 14:07, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

KÉOPS DE VASCONCELOS AMARAL VIEIRA PIRES
JUIZ MEMBRO



Gestão Participativa



Documento assinado eletronicamente por KÉOPS DE VASCONCELOS AMARAL VIEIRA PIRES em 02/08/2025, às 16:31, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

ROBERTO D'HORN MOREIRA MONTEIRO DA FRANCA SOBRINHO
JURISTA



Documento assinado eletronicamente por Roberto D'Horn Moreira Monteiro da Franca Sobrinho em 06/08/2025, às 14:15, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=2152360&crc=86174CCA, informando, caso não preenchido, o código verificador 2152360 e o código CRC 86174CCA.